



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

03 de julho de 2015

Notícias do Dia

Serviço

“Curso de Dança na Argentina”

Curso de Dança na Argentina / Fazendo do alheio substância própria / UFSC



Curso Dança na Argentina

Já estão abertas as inscrições para o curso “Dança na Argentina: fazendo do alheio substância própria” nos dias 11 e 12 de julho, no bloco 5 da UFSC. As aulas intensivas ocorrem no sábado, das 9h às 12h e das 14h às 18h; e domingo, das 14h às 18h. As inscrições gratuitas podem ser feitas pelo e-mail tubodeensaiofpolis@gmail.com.

Diário Catarinense

Cacau Menezes

“Divertidíssimo”

Divertidíssimo / Diversidade sexual / Florianópolis / Educação / Cesar Souza Júnior / Apae / Ministério Público / Conselho Municipal de Educação / Conselho Estadual de Educação / UFSC / Unisul / Udesc / CME / CEE



DIVERTIDÍSSIMO

Vinha no maior embalo a proposta de inclusão da diversidade sexual nos planos de educação quando a procuradoria de Florianópolis pisou no freio, engrenou uma segunda e furou o sinal amarelo impedindo o livre trânsito da ousada proposta. Caberá à comissão de notáveis, convocada pelo prefeito Cesar Souza Junior, integrada pela Apae, Ministério Público, conselhos municipal e estadual de Educação (CME e CEE), UFSC, Unisul e Udesc, dar rumo à controvertida polêmica. E salve-se quem puder.

Diário Catarinense
Contracapa
"#Lenineabraçaamarina"

"#Lenineabraçaamarina / Estudante / Curso de Jornalismo / UFSC / Marina Oliveira / Florianópolis / Fibrose cística



Diário Catarinense
Obituário
"Obituário"

Obituário / Ivo Sell / Florianópolis / Professor / Universidade Federal de Santa Catarina / Câncer / Cemitério Jardim da Paz

Obituário



Ivo Sell

O desembargador aposentado Ivo Sell morreu quarta-feira, aos 88 anos, em Florianópolis. Ele foi professor da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Regional de Blumenau, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e secretário da Casa Civil. Sell lutava contra um câncer desde 2014. Deixa a esposa, sete filhos, 16 netos, 16 bisnetos e uma tataraneta. Natural de Rancho Queimado, formou-se em Direito pela UFSC, optou pela magistratura, culminando sua carreira como presidente do Tribunal de Justiça. Após a aposentadoria, advogou até 2013.

Filho de Alfredo Sell, conhecido por ser fundador da fábrica

de refrigerantes Pureza, e Lydia Claumann Sell, Ivo Sell nasceu em Rancho Queimado, em 21 de fevereiro de 1927. Ivo Sell era o único descendente vivo do fundador, cuja empresa é administrada atualmente pelos netos de Alfredo.

Apesar das dificuldades na infância, tendo que vir a fazer a quarta série em Palhoça onde morou com uma tia, Sell conseguiu entrar no Colégio Catarinense e era o único da família que seguia estudando. Para continuar e financiar os estudos, trabalhava numa empresa de cobrança e fazia o serviço militar ao mesmo tempo.

Com a conclusão do curso no Colégio Catarinense, Sell presta, em 1946, o vestibular para a faculdade de Direito. Ao concluir o curso, surge a oportunidade de fazer um estágio no Tribunal de Justiça, no cargo de secretário.

Sell fez então uma preparação intensiva para o concurso da magistratura. E passou na primeira tentativa, em 1955. A primeira comarca em que atuou foi a de Urussanga. Ele trabalhou ainda em São Joaquim, Brusque, Joaçaba, Tubarão e Florianópolis.

O corpo foi velado e sepultado ontem no cemitério Jardim da Paz, em Florianópolis.

Uma vida dedicada à Justiça / Ivo Sell / Florianópolis / Professor /
Universidade Federal de Santa Catarina / Câncer / Cemitério Jardim da Paz

Uma vida dedicada à Justiça

Despedida. Desembargador Ivo Sell, ex-presidente do TJ, é sepultado na Capital

LETÍCIA MATHIAS

leticiam@noticiasdodia.com.br

@leticiam_ND

O desembargador Ivo Sell morreu aos 88 anos na noite de quarta-feira em Florianópolis e foi sepultado ontem no cemitério Jardim da Paz, no Itacorubi, na Capital. Ele estava com câncer e se tratava da doença em casa. Além de dedicar 32 anos de sua vida à magistratura, ele também atuou por 25 anos como advogado.

Natural de Rancho Queimado, o magistrado era o único filho vivo de Alfredo Sell e Lydia Claumann Sell, fundadores da tradicional empresa de refrigerantes Pureza, fundada em 1905. Ivo Sell não tinha envolvimento com a empresa, hoje administrada por netos de Alfredo. Ademar Sell, sobrinho dele e sócio da Pureza, lamentou a morte do tio e disse que a fábrica está de luto.

Na adolescência, por falta de condições financeiras, Ivo Sell era o único da família que estudava, mas logo precisou buscar um trabalho para continuar as aulas. Ao mesmo tempo que estudava e trabalhava, cumpria o serviço militar. Ele iniciou a carreira como

juiz há 60 anos e, paralelamente ao exercício da magistratura, dedicou-se ao magistério. Sell deu aulas no Sul do Estado, na antiga FESSC, hoje Unisul (Universidade do Sul do Estado), da qual foi um dos primeiros professores na década de 1970 e um dos entusiastas da universidade. A Unisul lamentou a morte do professor e o destacou como uma pessoa importantíssima para a construção da instituição de ensino. Sell também deu aulas na FURB (Universidade Regional de Blumenau) e na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

No TJ-SC (Tribunal de Justiça de Santa Catarina) – onde começou as atividades como estagiário logo após concluir o curso de direito – Sell foi presidente, entre agosto de 1980 e fevereiro de 1982. Antes já havia sido eleito vice-presidente e corregedor do TRES (Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina).

O desembargador Nelson Schaefer Martins, atual presidente do TJ, afirmou que sua administração foi

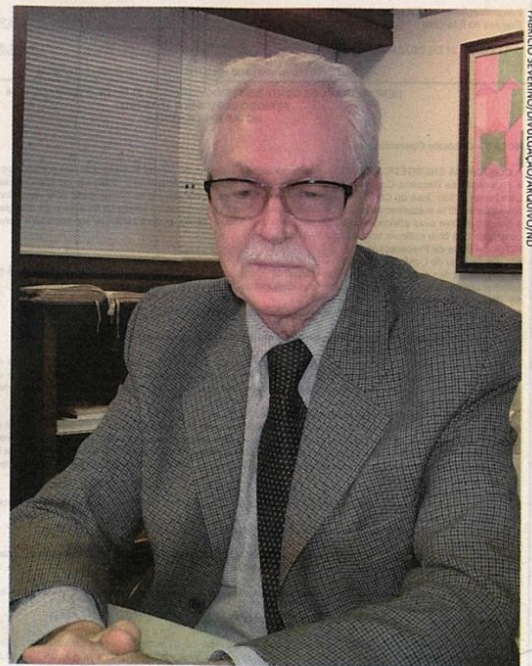
marcada por dinamismo e criatividade para enfrentar os desafios da magistratura naquele período. "Ivo Sell timbrou sua trajetória na magistratura e na vida pública de Santa Catarina com sua personalidade marcante, firmeza e fidelidade aos princípios, sempre voltados à preservação da ética e ao interesse público", declarou o desembargador. A ACM (Associação dos Magistrados Catarinenses) também afirmou que apresenta condolências à família, "rogando a Deus que lhes dê forças para superar este difícil momento".

Ivelaine Sell, 62, filha do magistrado, morava com ele e com a mãe e falou sobre o exemplo de vida que o pai foi para ela e toda família. "Fica difícil de dizer, mas ele foi um homem espetacular, um pai bom, um homem honesto e trabalhador que nos deixou como um exemplo. Fica um sentimento de muita saudade", disse. Sell era casado com Neusa Furtado Sell há 68 anos e deixa sete filhos, 16 netos e um bisneto.



EMPENHO

Sell era o último filho vivo dos fundadores da Pureza e único que conseguiu estudar



Carreira. Sell atuou por 32 anos na magistratura e mais 25 como advogado

A Notícia Sua Vida

“Arquiteta sugere novo plano”

Arquiteta sugere novo plano / Congresso Sul-brasileiro de Geriatria e Gerontologia / Expoville / Envelhecimento, Sociedade e Funcionalidade: Repensando Metas e Práticas / Mobilidade urbana / Idosos / Professora / UFSC / Andrea Pfützenheuter / Joinville / Acessibilidade

Arquiteta sugere novo plano

Profissional defende espaços adequados para facilitar a locomoção e o convívio social dos idosos

A 9ª edição do Congresso Sul-brasileiro de Geriatria e Gerontologia, aberto ontem, na Expoville, apresenta como tema central o *Envelhecimento, Sociedade e Funcionalidade: Repensando Metas e Práticas*. A palestra de abertura abordou a mobilidade urbana para idosos, tema apresentado pela professora da UFSC e arquiteta Andrea Pfützenheuter. A professora falou sobre a importância de rever o plano de mobilidade urbana para Joinville, já que a cidade conta com 9% de população idosa entre os mais de 550 mil habitantes.

Ela chama a atenção sobre a necessidade de Joinville oferecer espaços de convívio para as pessoas como forma de elas envelhecerem mais saudáveis. Para isso, segundo ela, os espaços públicos devem ser pensados com diferentes formas de acessibilidade, para que o cidadão tenha o poder de escolher de que forma ele quer ir até o local: a pé, de bicicleta, de ônibus ou de carro, entre outros meios de locomoção.

O assunto faz parte do trabalho de doutorado de Andrea, que estudou a cidade de Jena, no Leste da Alemanha, como modelo ideal de acessibilidade e mobilidade urbana. Para ela,

pensar na questão do idoso é pensar de forma global a mobilidade da cidade.

O fato de os idosos passarem mais tempo em casa tem entre suas causas a insegurança que os espaços públicos oferecem ao caminhar de quem apresenta dificuldades de locomoção. Exemplos fáceis de ver em Joinville, segundo ela, são calçadas com meio-fio alto, com níveis irregulares e buracos.

– As pessoas estão saindo menos de casa por não se sentirem atraídas pelos espaços públicos. Desta forma, o convívio social fica restrito – explica.

Ela ainda lembra que Joinville está entre as sete cidades brasileiras que têm o título de cidade acessível recebido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O título foi obtido por meio da elaboração de um plano de ação em diferentes setores, mas, segundo a professora, não é fiscalizado.

– A partir do momento em que nascemos, estamos envelhecendo, por isso é necessário criar planos pensando a longo prazo, para que a sensação de pertencimento e identificação seja presente – comenta.

A professora finalizou a palestra afirmando que o convívio

social nos espaços públicos também colabora na segurança pública e favorece a comunicação entre os cidadãos, que está cada vez mais rara devido à desconfiança e à falta de prática. Segundo a arquiteta, os espaços fechados também contribuem para que não haja a interação social, como shoppings e condomínios.

O congresso é organizado pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – seção Santa Catarina (SBGG-SC). O evento, que reúne mais de 600 profissionais especialistas e estudantes vai até amanhã na Expoville, em Joinville.



O QUÊ: 9º Congresso Sul-brasileiro de Geriatria e Gerontologia.
QUANDO: até sábado, 4 de julho.
ONDE: Complexo Expoville, rua 15 Novembro, 4.315, no bairro Glória.

AN.com.br

– Confira a programação completa no site.



SALMO DUARTE



A partir do momento em que nascemos, estamos envelhecendo, por isso é necessário criar planos pensando a longo prazo.

ANDREA PFÜTZENHEUTER, arquiteta

Notícias do Dia

Capa e Cidade

"PF indicia 27 médicos do HU"

PF indicia 27 médicos do HU / Jornada de trabalho / Operação Onipresença / Allan Dias / Hospital Universitário / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / PF / Investigações / Polícia Federal / CGU / Controladoria Geral da União

4 NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SEXTA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2015

Cidade

EDITOR: Rodrigo Lima @rodrigolima@noticiasdodia.com.br @rodrigolima_ND



Um ano e meio, Allan Dias apresentou primeiro balanço desde o começo das investigações

PF indicia 27 médicos do HU

Jornada de trabalho. Operação continua e número de investigados deve aumentar

FÁBIO BISPO
fabiobispo@noticiasdodia.com.br
@fabiobispo_ND

A Polícia Federal confirmou o indiciamento de pelo menos 27 médicos investigados na Operação Onipresença, deflagrada no dia 9 de junho. Segundo o delegado Allan Dias, o cruzamento de dados comprova que os profissionais cumpriam jornada de trabalho em clínicas particulares enquanto deveriam atender pacientes no HU (Hospital Universitário) da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Os nomes dos médicos não foram revelados pela PF. O inquérito policial deve ser finalizado em até seis meses, e o rol de indiciados pode aumentar, segundo o delegado.

No primeiro balanço divulgado desde o início das investigações – que começaram há um ano e meio, culminando com o cumprimento de 52 mandados de busca e apreensão –, a PF expôs alguns dos casos encontrados no HU. "Alguns dados são fortes. Como o caso de um médico que alegou trabalhar 169 horas semanais, sendo que a semana tem 168 horas", disse o delegado.

Em outras situações, médicos assinaram ponto de trabalho, mas estavam em viagem para o exterior. "Isso prova folha ponto falsificada", afirmou.

Dos 27 médicos indiciados, dez apresentavam carga semanal superior a 100 horas. "Isso não foi calculado em uma semana, isso é uma média. A explicação encontrada pela Polícia Federal no inquérito é de que as 40 horas que são alegadas no Hospital Universitário não eram prestadas", disse.

A investigação começou apurando a ficha ponto de oito profissionais e chegou a 32 investigados. Desses, segundo a PF, apenas cinco médicos cumpriam jornada corretamente e não apresentaram a chamada "onipresença". Os indiciados responderão pelos crimes de estelionato majorado, falsidade ideológica, abandono de função e prevaricação. Segundo a PF, a ausência dos médicos no HU causou um prejuízo em torno de R\$ 36 milhões aos cofres públicos. O delegado não revelou o nome dos indiciados.

FRAUDE
Delegado expôs caso de médico que alegou trabalhar 169 horas por semana

Novos inquéritos com informações da CGU

O delegado Allan Dias confirmou que haverá compartilhamento da investigação com informações já apuradas pela CGU (Controladoria-Geral da União), que investiga desde 2004 as mesmas ilegalidades no âmbito administrativo no Hospital Universitário. "Quando conjugarmos todo o arcabouço probante vindo também da CGU, faremos a instauração de novos inquéritos policiais", afirmou.

Nas últimas auditorias do órgão, entre 2011 e 2012, foram levantados 160 casos de servidores do HU no descumprimento da jornada de trabalho de 60 horas. Dos 27 médicos investigados, 16 aparecem também nas auditorias da CGU.

Um dos casos apurados pela CGU e pela Polícia Federal foi de um paciente transportado em veículo oficial do hospital até a clínica do médico para ser atendido. Neste caso, Dias descartou envolvimento dos demais servidores em crime, já que o hospital não poderia deixar de prestar o serviço. "E pela necessidade vital, nesse caso, não há crime", disse. Além de responder criminalmente, os envolvidos ainda poderão sofrer sanções administrativas, com a perda do cargo, e cível, sendo obrigados a devolver valores recebidos indevidamente pelas horas não trabalhadas.

OPERAÇÃO ONIPRESENÇA

Veja os detalhes da ação da Polícia Federal

Onipresença: qualidade ou condição do que é onipresente; presença em todos os lugares

Condutas/indiciados

● 27 médicos indiciados

● Têm vínculo de 40 ou 60 horas com o HU/UFSC, porém, não trabalham efetivamente

● Alguns sequer comparecem ao local de trabalho ou comparecem, no máximo, em 2 ou 3 períodos (turnos) por semana

● Trabalham em consultórios e clínicas particulares e/ou outros hospitais, em detrimento do atendimento no HU

Medidas constritivas

● Mandados de busca e apreensão: 52

● Locais: Florianópolis, Criciúma, Tubarão e Itajaí

Prejuízo da união

Prejuízo médio dos últimos 5 anos para um padrão de contrato de 40 horas:

● Salário médio: R\$ 20.095,83

● Total recebido em 5 anos/médico: R\$ 1.339.387,07

● Total do prejuízo: R\$ 36.163.450,88

Frequência

Dos 27 médicos investigados:

● 3 com 0% de frequência
salário médio: R\$ 16.597,22

● 5 com frequência entre 0,1% e 15%
salário médio: R\$ 25.121,93

● 8 com frequência entre 15,1% até 30%
salário médio: R\$ 18.494,39

● 11 com frequência entre 30,1% até 40%
salário médio: R\$ 19.930,12

Conclusão

Deficit de atendimento médio: 73,3%

Depoimentos

PF já ouviu 99 pessoas

- 27 médicos indiciados
- 21 servidores do HU
- 8 servidores do Estado
- 43 funcionários de clínicas particulares

Notícias do Dia - Roberto Azevedo "Absurdos"

Absurdos / Operação Onipresença / Polícia Federal / Hospital Universitário / UFSC / Allan Dias



Diário Catarinense - Notícias

"Polícia Federal indicia 27 médicos por descumprimento de jornada de trabalho"

Polícia Federal indicia 27 médicos por descumprimento de jornada de trabalho / Inquérito / Investigações / Polícia Federal / Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago / HU / UFSC / Allan Dias / PF / AGU / Advocacia-Geral da União / Reitoria / Operação Onipresença / Controladoria Geral da União / Sistema biométrico / CGU / Tribunal de Contas da União / TCU / Carlos Alberto Justos / Universidade Federal de Santa Catarina / Auditoria Interna / Audin



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO | OPERAÇÃO ONIPRESENÇA

Polícia Federal indicia 27 médicos por descumprimento de jornada de trabalho

CRUZAMENTO DE DADOS, interrogatórios e trabalho de campo não terminaram, mas já resultaram em um inquérito com 15 mil páginas. Delegado estima que falhas nas rotinas dos profissionais geraram prejuízo de R\$ 36 milhões em cinco anos

GABRIEL ROSA
gabriel.rosa@diario.com.br

A investigação da Polícia Federal no Hospital Universitário (HU) da UFSC já levou ao indiciamento dos 27 médicos suspeitos de descumprir obrigações contratuais na instituição. Segundo o delegado Allan Dias, as últimas sete pessoas devem ser ouvidas hoje e PF também acena para a abertura de novos inquéritos contra mais profissionais da universidade.

Segundo a investigação, havia casos de médicos cumprindo jornada de 169 horas semanais, sendo que uma semana tem 168 horas ou de outro profissional que atendeu um cliente no consultório particular após um paciente não encontrá-lo no HU.

— Fizemos um serviço minucioso. Conseguimos comprovar, por exemplo, que um médico assinava ponto enquanto estava na Europa verificando as datas de entrada e saída dele no país, pelo banco de dados da PF — explica.

De acordo com Dias, 25 dos investigados possuíam uma carga horária semanal acima de 60 horas, o que é contra uma determinação da Advocacia-Geral da União (AGU) e caracteriza irregularidade. Dez deles supostamente faziam mais de 100 horas por semana — uma média de 14 por dia, todos os dias.

— A conclusão que se chega é de que as horas contratadas no HU não são prestadas — afirma Dias.

Além dos suspeitos, foram ouvidos também 21 servidores do HU (alguns voluntariamente), oito do Estado de SC e 43 funcionários de consultórios ou empresas particulares. A PF não divulgou nomes, funções ou especificou as acusações de cada um dos médicos.

Por meio da assessoria de imprensa, a reitoria disse que está se inteirando do processo e por enquanto não vai comentar. Alerta que as auditorias para tratar do tema, continuam. A diretoria do hospital não foi localizada ontem para comentar o assunto.

“Não vou descansar enquanto não alcançar os atos ilícitos”

Delegado da Operação Onipresença na Polícia Federal, Allan Dias, anunciou ontem o indiciamento de 27 médicos. Porém, as investigações ainda prosseguem com depoimentos de médicos e análise de dados. A po-



lícia não descarta fazer novas etapas das operações em busca de mais material que ajude a materializar as supostas irregularidades que ocorriam no cumprimento das jornadas de trabalho no HU. Confira os principais trechos da entrevista:

INVESTIGAÇÃO

Temos um inquérito de 15 mil folhas, construído em um ano e meio. Um serviço minucioso, feito com cruzamento de dados, trabalho de campo, depoimentos, interrogatórios e requisições a órgãos externos.

NOMES

A Polícia Federal segue o mesmo manual para o traficante de drogas, para o assaltante ou para quem desvia dinheiro público: não divulga os nomes.

SUSPEITOS

A Polícia Federal não vai descansar enquanto não alcançar todos aqueles que cometeram ilícitos penais dentro do Hospital Universitário. Ou seja: a operação não termina com o relatório final do inquérito policial. Certamente nascerão novos inquéritos policiais buscando a responsabilização daqueles que faltaram com o dever na prestação do serviço público.

ADMINISTRAÇÃO

A penalização da reitoria e da administração [por omissão, cumplicidade ou improbidade] é uma estratégia da investigação que não posso divulgar. Seria uma mudança de foco que levaria a operação para o nível ‘macro’ do cenário, enquanto ainda estamos

investigando as condutas delitivas e comprovando ‘por A mais B’ que esta ou aquela pessoa específica estava em três em lugares ao mesmo tempo.

MUDANÇAS

As informações que temos é que houve, sim, um pacto social no HU desde a operação. No mínimo, alguns saíram ao menos da situação de conforto e voltaram a prestar serviços ao hospital.

PREJUÍZOS

Dos 27 médicos, estimamos um prejuízo de R\$ 36 milhões no prazo de cinco anos. Lembrando que a Constituição Federal estabelece que o ressarcimento ao erário é imprescritível, mesmo que você não seja responsabilizado administrativamente.

CONSEQUÊNCIAS

Pela tradição do direito criminal brasileiro, que é garantista, acho pouco provável uma prisão. Já o afastamento dos quadros ocorreria pela esfera civil, por iniciativa de algum órgão externo. Tenho em mente que o objetivo dessa investigação é a punição criminal, já que os suspeitos estão sendo indiciados por estelionato majorado, falsidade ideológica, abandono de função pública e prevaricação.

CRONOLOGIA DO CASO

- A pedido do Tribunal de Contas da União, a Corregedoria-Geral da União concluiu em 2012 uma auditoria sobre o controle de jornadas dos médicos no Hospital Universitário da UFSC. Fez sete apontamentos de melhoria.
- Em outubro de 2013, uma denúncia anônima provocou investigação na PF de oito médicos que estariam cometendo irregularidades contratuais dentro do Hospital Universitário da UFSC.
- Com as primeiras denúncias em mãos, a polícia iniciou o processo de investigação e reduziu o número de suspeitos para seis, que permanecem citados no inquérito até o momento. Foi aprofundado o trabalho de cruzamento de dados para verificar jornadas irregulares.
- As provas levam a PF ao número de 32 médicos suspeitos. Ficou comprovado que cinco deles estavam efetivamente trabalhando conforme manda o contrato. Número de investigados cai para 27.
- Em 9 de junho de 2015, PF cumpre 52 mandados de busca e apreensão em quatro cidades: Florianópolis, Tubarão, Itajaí e Criciúma. Documentos do Hospital Universitário, de consultórios particulares e de outras universidades são levados para a sede da PF e viram parte do inquérito.
- Após a Justiça negar a condução coercitiva, os 27 médicos foram chamados para interrogatório. Até ontem, ainda restavam sete depoimentos a serem colhidos. A maioria se valeu do direito ao silêncio e permaneceu calada durante o interrogatório.
- O delegado do caso deixou claro que novos inquéritos ainda devem ser abertos.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO | OPERAÇÃO ONIPRESENÇA

Falhas já conhecidas pela UFSC

EM 2012, UMA investigação da Controladoria-Geral da União já tinha analisado as jornadas na instituição e feito sete apontamentos de melhorias. Sistema biométrico é prometido para 2016

GABRIEL ROSA
gabriel.rosa@diario.com.br

Uma auditoria feita pela Controladoria-Geral da União em Santa Catarina (CGU/Regional-SC) concluída em julho de 2012 fez sete recomendações para o Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de Thiago – o Hospital Universitário da UFSC – para aprimorar o controle das jornadas de trabalho dos médicos. Entre elas, implementar um sistema de controle biométrico e descontar o salário de quem não cumprir a jornada correta no hospital.

Conforme a CGU, duas delas são consideradas cumpridas. Ou seja, problemas que levaram à Operação Onipresença, desencadeada pela Polícia Federal no

início de junho, já vinham sendo investigados por outros órgãos há pelo menos três anos. Mais da metade dos 27 indiciados pela PF já eram apontados por jornadas irregulares e atuação em estabelecimentos privados.

AUDITORIA PEDIDO DO TCE

A auditoria ocorreu por indicação do Tribunal de Contas da União (TCU) em 2011. Com base no relatório de prestação de contas da UFSC daquele ano, a CGU comparou dados dos servidores com outras fontes, como números de CNPJ e CPF, Junta Comercial, planos de saúde e até sites que reúnem informações sobre serviços de atendimento médico.

O relatório foi protocolado na reitoria da UFSC em 2012 e publicado no site da Corregedoria, onde fica disponível para órgãos como a polícia e Ministério Público. Dos 27 indiciados ontem, seis já eram apontados como proprietários ou gerentes de estabelecimentos privados pela auditoria da CGU em 2011, o que é vedado pelo artigo 117 da lei 8.112/1990. Dois atuavam em pelo menos dois estabelecimentos além do HU.

Também foram identificados excessos não justificados na jornada de trabalho de 16 dos 27 médicos – incluindo 10 que supostamente exerciam jornadas de 100 horas ou mais por semana.

Para comparação, uma pessoa que trabalhe 16 horas por dia, incluindo sábados e domingos, terá uma jornada semanal

de 112 horas. Um dos casos citados pela CGU supostamente exercia 169 horas, sendo que uma semana tem apenas 168.

Diretor-geral do hospital, Carlos Alberto Justo, o Paraná, confirma que recebeu o documento na época, mas que a instituição de saúde não possui autonomia para realizar as demandas da Corregedoria-Geral da União.

Já a reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) encaminhou o relatório ao setor de Auditoria Interna (Audin), que iniciou as providências requisitadas.

A própria CGU constatou que os servidores citados foram notificados após a publicação da auditoria. A UFSC não quis comentar os casos específicos com apurações ainda em andamento.

STATUS DOS APONTAMENTOS

1 Implementar o controle de frequência em que a leitura dos dados de entrada e saída da instituição seja confiável.

A universidade promete implantar até o fim de 2016 o controle biométrico. O prazo é necessário para que o equipamento seja incluído no orçamento anual. Prometeu para essa semana o controle social, em que os horários dos servidores seria exposto em local público. Duas portarias emitidas em 2014 cobram que as chefias intensifiquem a cobrança, denunciando servidores que burlem o sistema ou se recusem a assinar o ponto, para que as devidas providências sejam tomadas pela direção da UFSC.

O que diz a CGU – Só considerará a determinação cumprida após a instalação do sistema biométrico.

2 Verificar a capacidade de cada chefia imediata em aferir o cumprimento de jornada dos servidores sob sua supervisão.

A Portaria 43, emitida pela UFSC em julho de 2014, que instituiu o controle social para os servidores, também delega que as chefias controlem a frequência em suas áreas. O documento pede que os gestores imprimam e disponibilizem as folhas-ponto, orientando os funcionários a assiná-la

todos os dias. Segundo nota da UFSC enviada ao Diário Catarinense, desde que a portaria foi emitida, “as chefias têm condições de atestar o cumprimento da jornada de trabalho diária dos seus subordinados”.

O que diz a CGU – Só considerará a recomendação cumprida com a implementação do sistema biométrico.

3 Informatizar dados de vínculos acumulados pelos servidores permitindo confiabilidade e agilidade na detecção de irregularidades.

Foi criado um campo no sistema de Recursos Humanos da UFSC para que o servidor possa incluir informações referentes a acumulação de cargos. A reitoria também emitiu portaria estabelecendo procedimentos para que a Secretaria de Gestão de Pessoas (Segesp) possa regularizar a questão. A administração exige que as chefias digitalizem os pontos assinados manualmente pelos servidores.

O que diz a CGU – Considera a recomendação cumprida.

4 Fazer levantamento sobre afastamentos para tratamentos de problemas de saúde, decorrentes de sobrecarga de trabalho.

A universidade repassou à CGU dados referentes a todos os afastamentos causados por problemas de saúde entre 2007 e 2013. Segundo nota técnica da corregedoria, não fica claro se o levantamento considerou apenas “os afastamentos decorrentes de sobrecarga de trabalho”, mas ele cumpre sua função.

O que diz a CGU – Considera a recomendação cumprida.

5 Efetuar descontos das remunerações dos servidores que deixarem de cumprir as jornadas adequadamente.

Os descontos são realizados sempre que há irregularidade não justificada, mas desde a implementação do controle diário de frequência em 2014, “a recomendação está sendo cumprida de forma mais eficiente”, diz a UFSC.

O que diz a CGU – Só considerará a recomendação cumprida com a implementação do sistema biométrico, pois a folha-ponto pode ser facilmente adulterada.

6 Detectar atividades de administração e gerência privada pelos servidores da instituição.

No momento em que assumem cargos públicos, todos os servidores

devem declarar à universidade que não participam de gerência ou administração de sociedade privada. Após o ingresso, eles também se comprometem a comunicar qualquer alteração em sua vida funcional à Secretaria de Gestão de Pessoas da UFSC.

O que diz a CGU – A medida atende parcialmente porque a Corregedoria exige melhoria na informação da exclusividade pelo profissional.

7 Apurar as atividades vedadas pela legislação vigente durante todo o exercício do cargo público.

Segundo a universidade, “sempre que há suspeita de qualquer irregularidade, a UFSC abre os devidos processos para apuração, conforme preconiza a legislação em vigor”. Em maio de 2015, a administração encaminhou ao TCU informações sobre 71 processos administrativos de servidores que estariam acumulando cargos. Vinte e oito deles foram arquivados após análise da Procuradoria Federal junto à UFSC, que os inocentou.

O que diz a CGU – Não confirma se a medida atende a recomendação, mas auditorias para controle de jornada estão em andamento na instituição.

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Controladoria-Geral da União

Notícias do Dia Cidade

“Ponto de partida dos haitianos”

Ponto de partida dos haitianos / Imigrantes / Maria Luiza Lopedote / Curso de História / UFSC / Voluntária

Ponto de partida dos haitianos

Apoio. Voluntários e empresários são fundamentais para imigrantes



Em francês. Malu, que atua como voluntária, conversa com haitianos que estão chegando desde sábado à Capital

LEONARDO THOMÉ
leonardo.thome@noticiasodia.com.br
@LND_online

Malu e Alfredo. Duas pessoas que até ontem nunca tinham se visto. Ela, professora de história na rede municipal de Florianópolis, atua como intérprete voluntária das dezenas de imigrantes haitianos que desembarcaram e desembarcarão na Capital nesta semana. Ele, empresário do setor moveleiro em Santa Cecília (Planalto Serrano), dono de uma serralha e fábrica de móveis, esteve no ginásio Carlos Alberto Campos, ao lado do estádio Orlando Scarpelli, para contratar nove haitianos. Eles embarcaram ontem à noite para Santa Cecília, onde recomençarão suas vidas com moradia, alimentação e emprego.

Voluntária e empresário representam um extrato das pessoas que são fundamentais à adaptação dos 81 imigrantes que desceram em solo catarinense desde o último sábado, junto às equipes do Igeof (Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis), da prefeitura, Secretaria de Estado da Assistência Social e de muitos outros voluntários e empresários. Na última semana de maio, ou-

tros 177 haitianos e senegaleses vieram para Santa Catarina. A maioria fixou residência em cidades do Oeste e Vale do Itajaí.

Maria Luiza Lopedote, a Malu, 25 anos, é formada em história pela UFSC, fala francês fluentemente e conversa com os imigrantes não apenas para tirar as dúvidas dos recém-chegados e ajudar no que for preciso, mas também para conhecer um pouco mais da história de pessoas como Labonet Lumas, 37, que no caminho do Haiti ao Brasil ficou 45 dias sem falar com a família. Ele veio em um dos cinco ônibus que chegaram a Florianópolis desde sábado. Até agosto, outros 18 ônibus virão, em mais um convênio que o Acre assinou com o governo federal. Entre hoje e amanhã, são esperados dois ônibus com imigrantes.

Malu conversa com cada um deles. “Eles são tímidos, calados. Mas a gente puxa conversa, eles tiram do bolso algum bilhete com nome e telefone de familiares ou amigos, e logo aparecem perguntas”, contou. “Estão felizes porque conseguiram os empregos e vão embarcar hoje [ontem]”, disse a voluntária, pouco antes de seguir para a rodoviária com o grupo que foi para Santa Cecília.

Salário de até R\$ 1.200 livre de aluguel, luz e alimentação

A partir de segunda-feira, nove haitianos passarão a dar expediente na Brazimóveis, serralha e fábrica de móveis em Santa Cecília. Antes, todos farão o exame admissional para trabalharem na empresa de Alfredo Adami Granemano, 27 anos, que veio à Capital para contratar e comprar as passagens de ônibus de seus novos funcionários.

Cinco haitianos já trabalharam na empresa de Alfredo, mas mudaram recentemente para Blumenau. Desde então, o empresário procurava pela mão de obra que considera perfeita para seu negócio. “Gostei muito de trabalhar com eles e espero que dê certo também com esses nove”, disse. Os haitianos vão morar em duas

casas contíguas à empresa. Alfredo cobrará dos imigrantes um valor simbólico de R\$ 5 de aluguel. Os novos moradores de Santa Cecília terão ainda direito a três cestas básicas mensais, água e luz de graça. Na carteira de trabalho, receberão piso da carteira de seringueiro, R\$ 943. Com hora extra, eles devem receber cerca de R\$ 1.200 por mês.



Emprego. Alfredo (à dir.) com quatro dos nove haitianos contratados

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Direção do HU da UFSC pede que instalação de pontos eletrônicos seja antecipada](#)

[Leitores divergem após aprovação da diminuição da maioria penal](#)

[Pesquisa da UFSC aborda integração do Sapiens Parque com o entorno](#)

[Hospital universitário de Santa Catarina vai receber R\\$ 2,4 milhões](#)

[Com mais de 200 museus, acervos de SC se destacam pela peculiaridade](#)